

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 09/08/2021 à 31/12/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 09/08/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	27
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	29
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	30
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	500
Preferenciais	0
Total	500
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	17.282.278	2.024.391	0
1.01	Ativo Circulante	17.282.278	2.024.391	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.320	58.005	0
1.01.03	Contas a Receber	17.279.958	1.966.386	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	17.282.278	2.024.391	0
2.01	Passivo Circulante	46.623	57.638	0
2.01.02	Fornecedores	5.630	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.504	138	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.504	138	0
2.01.05	Outras Obrigações	37.489	57.500	0
2.01.05.02	Outros	37.489	57.500	0
2.01.05.02.04	Outras Obrigações	37.489	57.500	0
2.02	Passivo Não Circulante	17.235.293	1.966.391	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	17.235.293	1.966.391	0
2.02.01.02	Debêntures	17.235.293	1.966.391	0
2.03	Patrimônio Líquido	362	362	0
2.03.01	Capital Social Realizado	500	500	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-138	-138	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 09/08/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 09/08/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.913.057	6.386	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.878.886	-6.391	0
3.03	Resultado Bruto	34.171	-5	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-38.663	-138	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.663	-138	0
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-31.013	-69	0
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-7.650	-69	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.492	-143	0
3.06	Resultado Financeiro	4.492	5	0
3.06.01	Receitas Financeiras	4.947	15	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-455	-10	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	-138	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	0	-138	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	0	-138	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0	-0,276	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores a serem informados.

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 09/08/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 09/08/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-11.456.199	-1.902.495	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-44.669	-133	0
6.01.01.01	Ganhos/Perdas patrimoniais cotas de fundos	-3.913.057	-6.386	0
6.01.01.02	Juros sobre as debentures	1.192.836	6.386	0
6.01.01.03	Prejuízo do período	0	-138	0
6.01.01.04	Prêmio de debentures	2.675.552	5	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-11.411.530	-1.902.362	0
6.01.02.01	Direitos realizáveis	-11.400.514	-1.960.000	0
6.01.02.02	Obrigações tributárias	3.366	138	0
6.01.02.03	Outras obrigações	-20.012	57.500	0
6.01.02.04	Contas a pagar	5.630	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	500	0
6.02.01	Capital social	0	500	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	11.400.514	1.960.000	0
6.03.01	Debentures	11.400.514	1.960.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-55.685	58.005	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	58.005	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.320	58.005	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	500	0	0	-138	0	362
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500	0	0	-138	0	362
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	500	0	0	-138	0	362

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 09/08/2021 à 31/12/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	500	0	0	0	0	500
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	500	0	0	0	0	500
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-138	0	-138
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-138	0	-138
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Período	0	0	0	-138	0	-138
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	500	0	0	-138	0	362

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 09/08/2020 à 31/12/2020

(Reais Unidade)

Justificativa: Não há valores a serem informados.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 09/08/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 09/08/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	3.913.057	6.386	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.909.899	-6.460	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.878.886	-6.391	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-31.013	-69	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.158	-74	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.158	-74	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.947	15	0
7.06.02	Receitas Financeiras	4.947	15	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.105	-59	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.105	-59	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.650	69	0
7.08.02.01	Federais	5.622	69	0
7.08.02.03	Municipais	2.028	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	0	-138	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	-138	0
7.08.05	Outros	455	10	0
7.08.05.01	Despesas financeiras	455	10	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração**

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS VI S.A., inscrita no CNPJ/ME sob nº 40.997.635/0001-20, com sede à Rua Bandeira Paulista, nº 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04532-001 (“Companhia” ou “Travessia Securitizadora”) ; apresenta-lhes o presente Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras Anuais e parecer dos auditores independentes da Companhia, referentes ao período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, revisadas pela Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.. Esclarecemos que as Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), observando as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.404/76”).

1. Contexto Operacional

A Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. é uma sociedade por ações constituída em 09 de agosto de 2021, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e demais leis brasileiras. A Companhia possui dois acionistas: a Travessia Assessoria Financeira Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.264.237/0001-73 e o Sr. Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, inscrito no CPF/MF sob o nº 218.718.568-09, que além de acionista atua como Diretor Presidente da Companhia.

A Companhia tem como objeto social: (i) a aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução 2.686 (“Créditos Mercantis”); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia se reuniu na seguinte data para:

- a) EM 01/02/2022, ARQUIVAMENTO DE JORNAL: OUTROS, DE 28/12/2021. PUBLICOU ATA EM 09/08/2021.
- b) EM 18/03/2022, ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 24/02/2022. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ELEITO VINICIUS BERNARDES BASILE SILVEIRA STOPA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 218.718.568-09, RG/RNE: 30393860-2 - SP, RESIDENTE À RUA BANDEIRA PAULISTA, 600, CJ.44-S.18, ITAIM BIBI, SAO PAULO - SP, CEP 04532-001, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO. ELEITO MARIA REGINA BASILE STOPA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 689.156.168-04, RG/RNE: 3782361-9 - SP, RESIDENTE À RUA BANDEIRA PAULISTA, 600, CJ.44-S.18, ITAIM BIBI, SAO PAULO - SP, CEP 04532-001, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO. ELEITO MARIANA BERNARDES BASILE SILVEIRA STOPA BERNARDI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 286.839.768-90, RG/RNE: 29737433-3 - SP, RESIDENTE À RUA BANDEIRA PAULISTA, 600, CJ.44-S.18, ITAIM BIBI, SAO PAULO - SP, CEP 04532-001, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO. ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: DELIBERAR SOBRE: (I) A REFORMA INTEGRAL E CONSOLIDACAO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA (- ESTATUTO SOCIAL -); (II) A CONSTITUICAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA; (III) A DEFINICAO DO NUMERO DE ASSENTOS NO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA E A ELEICAO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA ; (IV) A NOMEACAO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO; (V) A SUBMISSAO DO PEDIDO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA EMISSORA DE VALORES MOBILIARIOS NA -CATEGORIA B - PERANTE A COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS CVM -), NOS TERMOS DA INSTRUCAO DA CVM NO 480, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009, CONFORME ALTERADA (- INSTRUCAO CVM 480 -); E (VI) A AUTORIZACAO EXPRESSA PARA QUE A ADMINISTRACAO DA COMPANHIA PRATIQUE TODOS OS ATOS, TOME TODAS AS PROVIDENCIAS E ADOTE TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS A FORMALIZACAO, EFETIVACAO E ADMINISTRACAO DAS DELIBERACOES DESTA ASSEMBLEIA, INCLUSIVE A AUTORIZACAO PARA QUE O DIRETOR DE RELACOES COM INVESTIDORES REPRESENTA A COMPANHIA JUNTO A CVM E DEMAIS ORGAOS COMPETENTES, BEM COMO A RATIFICACAO DE TODOS OS ATOS JA PRATICADOS PELA ADMINISTRACAO DA COMPANHIA PARA TANTO ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 24/02/2022. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ELEITO VINICIUS BERNARDES BASILE SILVEIRA STOPA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 218.718.568-09, RG/RNE: 30393860-2 - SP, RESIDENTE À RUA BANDEIRA PAULISTA, 600, CJ.44-S.18, ITAIM BIBI, SAO PAULO - SP, CEP 04532-001, COMO PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO. ELEITO MARIA REGINA BASILE STOPA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 689.156.168-04, RG/RNE: 3782361-9 - SP, RESIDENTE À RUA BANDEIRA PAULISTA, 600, CJ.44-S.18, ITAIM BIBI, SAO PAULO - SP, CEP 04532-001, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO. ELEITO MARIANA BERNARDES BASILE SILVEIRA STOPA BERNARDI, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 286.839.768-90, RG/RNE: 29737433-3 - SP, RESIDENTE À RUA BANDEIRA PAULISTA, 600, CJ.44-S.18, ITAIM BIBI, SAO PAULO - SP, CEP 04532-001, COMO CONSELHEIRO ADMINISTRATIVO. ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: DELIBERAR SOBRE: (I) A REFORMA INTEGRAL E CONSOLIDACAO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA (- ESTATUTO SOCIAL -); (II) A CONSTITUICAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA; (III) A DEFINICAO DO NUMERO DE ASSENTOS NO CONSELHO DE ADMINISTRACAO DA COMPANHIA E A ELEICAO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ADMINISTRACAO DA COMPANHIA ; (IV) A NOMEACAO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO; (V) A SUBMISSAO DO PEDIDO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA EMISSORA DE VALORES MOBILIARIOS NA -CATEGORIA B - PERANTE A COMISSAO DE VALORES MOBILIARIOS CVM -), NOS TERMOS DA INSTRUCAO DA CVM NO 480, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2009, CONFORME ALTERADA (- INSTRUCAO CVM 480 -); E (VI) A AUTORIZACAO EXPRESSA PARA QUE A ADMINISTRACAO DA COMPANHIA PRATIQUE TODOS OS ATOS, TOME TODAS AS PROVIDENCIAS E ADOTE TODAS AS MEDIDAS NECESSARIAS A FORMALIZACAO, EFETIVACAO E ADMINISTRACAO DAS DELIBERACOES DESTA ASSEMBLEIA, INCLUSIVE A AUTORIZACAO PARA QUE O DIRETOR DE RELACOES COM INVESTIDORES REPRESENTA A COMPANHIA JUNTO A CVM E DEMAIS ORGAOS COMPETENTES, BEM COMO A RATIFICACAO DE TODOS OS ATOS JA PRATICADOS PELA ADMINISTRACAO DA COMPANHIA PARA TANTO.

- c) EM 18/05/2022, ARQUIVAMENTO DE OUTROS, DATADA DE: 29/04/2022. DELIBERAR: I. APROVACAO DA EMISSORA EM APROVAR (DELIBERACAO POSITIVA) NO AMBITO DA AGE DO BLUECAP DESENVOLVIMENTO LOGISTICO I FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO - FII, A SER REALIZADA EM 02.06.2022, A OUTORGA DA ALIENACAO FIDUCIARIA SOBRE A TOTALIDADE DAS QUOTAS REPRESENTATIVAS DO CAPITAL SOCIAL DA ITAPEVA DESENVOLVIMENTO LOGISTICO LTDA., NO AMBITO DE UMA OPERACAO DE SECURITIZACAO DE RECEBIVEIS IMOBILIARIOS (CRI), A SER FIRMADA ENTRE A ITAPEVA E A TRUE SECURITIZADORA S.A.;
- d) EM 08/06/2022, ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 29/04/2022. NOS TERMOS DO ARTIGO 18, INCISO (V) DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, EXAMINAR, DISCUTIR E DELIBERAR SOBRE: 1. O RELATORIO DA ADMINISTRACAO, AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES E AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA COMPANHIA, ACOMPANHADAS DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES, RELATIVOS AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.21; 2. A DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO; E 3. A AUTORIZACAO A DIRETORIA PARA PRATICA DE TODOS OS ATOS NECESSARIOS A EFETIVACAO DAS DELIBERACOES TOMADAS NOS TERMOS DA PRESENTE ATA.
- e) EM 08/06/2022, ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 29/04/2022. DELIBERAR ACERCA DAS SEGUINTE MATERIAS: (I) DO RELATORIO DA ADMINISTRACAO, DO BALANCO PATRIMONIAL E DAS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA COMPANHIA, ACOMPANHADAS DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES, RELATIVOS AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.21; (II) DA DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO E A FORMA DE DISTRIBUICAO DE DIVIDENDOS; E (III) A REMUNERACAO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA (CONSELHO DE ADMINISTRACAO E DIRETORIA), PARA O EXERCICIO SOCIAL A SE ENCERRAR EM 31.12.22.
- f) EM 14/06/2022, ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 29/04/2022. DELIBERAR ACERCA DAS SEGUINTE MATERIAS: (I) DO RELATORIO DA ADMINISTRACAO, DO BALANCO PATRIMONIAL E DAS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA COMPANHIA, ACOMPANHADAS DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES, RELATIVOS AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.21; (II) DA DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO E A FORMA DE DISTRIBUICAO DE DIVIDENDOS; E (III) A REMUNERACAO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA (CONSELHO DE ADMINISTRACAO E DIRETORIA), PARA O EXERCICIO SOCIAL A SE ENCERRAR EM 31.12.22.
- g) EM 14/06/2022, ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 29/04/2022. DELIBERAR ACERCA DAS SEGUINTE MATERIAS: (I) DO RELATORIO DA ADMINISTRACAO, DO BALANCO PATRIMONIAL E DAS DEMAIS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS DA COMPANHIA, ACOMPANHADAS DO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES, RELATIVOS AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31.12.21; (II) DA DESTINACAO DO LUCRO LIQUIDO DO EXERCICIO E A FORMA

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS; E (III) A REMUNERAÇÃO GLOBAL ANUAL DOS ADMINISTRADORES DA COMPANHIA (CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA), PARA O EXERCÍCIO SOCIAL A SE ENCERRAR EM 31.12.22.

- h) EM 30/06/2022, ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 01/06/2022. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: DELIBERAÇÕES: ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA: ALTERAÇÃO DO ARTIGO 21 DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, E EM DECORRÊNCIA DESTA ALTERAÇÃO, A INCLUSÃO DO ARTIGO 25 CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.
- i) EM 30/06/2022, ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 01/06/2022. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CAMILA MARIA OLIVEIRA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 349.935.818-23, RG/RNE: 36825036-2 - SP, RESIDENTE À RUA BANDEIRA PAULISTA, 600, CJ. 44, ITAIM BIBI, SÃO PAULO - SP, CEP 04532-001, COMO DIRETOR. ELEIÇÃO/REELEIÇÃO/ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE THAIS DE CASTRO MONTEIRO, NACIONALIDADE BRASILEIRA, RAÇA/COR: NÃO INF., CPF: 421.565.628-14, RG/RNE: 49116133-5 - SP, RESIDENTE À RUA BANDEIRA PAULISTA, 600, CJ. 44, ITAIM BIBI, SÃO PAULO - SP, CEP 04532-001, COMO DIRETOR. ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 03/06/2022. ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA ARQUIVAMENTO DE RE-RATIFICAÇÃO: DELIBERAÇÕES: OS ACIONISTAS REPRESENTANDO A TOTALIDADE DO CAPITAL SOCIAL DA COMPANHIA, APOS EXAME E DISCUSSÃO, DELIBERARAM APROVAR, POR UNANIMIDADE, SEM QUAISQUER RESTRICÕES OU RESSALVAS: A RERRATIFICAÇÃO DA AGE E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, CONFORME DISPOSTO NO ANEXO I A PRESENTE ATA, PARA RETIFICAR O CAPUT DO ARTIGO 21 DO ESTATUTO, ONDE PREVIA-SE QUE -ARTIGO 21-A DIRETORIA SERÁ COMPOSTA POR NO MÍNIMO 3 E NO MÁXIMO 5 MEMBROS ELEITOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, PARA OCUPAREM SEUS CARGOS PELO PERÍODO DE ATÉ 3 ANOS, PERMITIDA A SUA REELEIÇÃO, SENDO 1 DIRETOR PRESIDENTE, 1 DIRETOR DE SECURITIZAÇÃO; 1 DIRETOR DE SECURITIZAÇÃO, E OS DEMAIS DIRETORES SEM DESIGNAÇÕES ESPECÍFICAS, PODENDO SER DESTITUÍDOS DE SEUS CARGOS, A QUALQUER MOMENTO, COM OU SEM JUSTIFICATIVA, PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO. SENDO QUE DOIS MEMBROS DA DIRETORIA DEVERÃO ACUMULAR A FUNÇÃO DE DIRETOR DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES E DE DIRETOR DE COMPLIANCE, CONFORME APLICÁVEL.-, E PASSARÁ A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO: - ARTIGO 21-A DIRETORIA SERÁ COMPOSTA POR NO MÍNIMO 3 E NO MÁXIMO 5 MEMBROS ELEITOS PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, PARA OCUPAREM SEUS CARGOS PELO PERÍODO DE ATÉ 3 (TRÊS) ANOS, PERMITIDA A SUA REELEIÇÃO, SENDO 1 DIRETOR PRESIDENTE, 1 DIRETOR DE SECURITIZAÇÃO, 1 DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES, 1 (UM) DIRETOR DE COMPLIANCE E 1 DIRETOR SEM DESIGNAÇÕES ESPECÍFICAS, PODENDO SER DESTITUÍDOS DE SEUS CARGOS, A QUALQUER MOMENTO, COM OU SEM JUSTIFICATIVA, PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.
- j) EM 31/08/2022, ARQUIVAMENTO DE JORNAL: JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO, DE 16/06/2022. PUBLICOU ATA: A.G.O. EM: 29/04/2022.
- k) EM 18/11/2022, ARQUIVAMENTO DE A.G.E., DATADA DE: 31/10/2022. DELIBERAR SOBRE A APROVAÇÃO SOBRE A APROVAÇÃO OU NÃO DAS SEGUINTE POLÍTICAS, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CVM NO 60, DE 23.12.21: (I) APROVAÇÃO OU NÃO DA POLÍTICA DE CONFIDENCIALIDADE; (II) APROVAÇÃO OU NÃO DA POLÍTICA DE DISPOSITIVOS MOVEIS; (III) APROVAÇÃO OU NÃO DA POLÍTICA DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS; (IV) APROVAÇÃO OU NÃO DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E DE NEGOCIAÇÃO DE VALORES

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

MOBILIARIOS; E (V) APROVACAO OU NAO DA POLITICA DE CONFLITO DE INTERESSES ENTRE SUBSIDIARIAS INTEGRAIS.

- l) EM 28/12/2022, ARQUIVAMENTO DE PROCURACAO DATADA DE: 06/12/2022, OUTORGADA POR: ALINE APARECIDA DE LIMA SANTOS, DOC: 35300575954, PARA: ALINE APARECIDA DE LIMA SANTOS EST.CIVIL CASADO(A), CPF:38895789857, RG: 35690963-3, UF: SP, DOMICILIADO (A) A: RUA BANDEIRA PAULISTA, 600, CJ. 44, ITAIM BIBI, SAO PAULO, SP, CEP 04532001, PRAZO: DETERMINADO, COM VALIDADE ATÉ: 06/12/2023.

2. Condições econômicas da Companhia em 2022

A Companhia não apurou lucros ou prejuízos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Diretoria informa que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e honrar com suas obrigações no curto, médio e longo prazo, visto que o Passivo da Companhia está condicionado a performance Ativo da Companhia, conforme previsto na 1ª emissão de debêntures da Companhia.

2.1. Política de reinvestimentos de lucros e distribuição de dividendos

A destinação do lucro líquido do exercício se dará da seguinte forma:

- (i) 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de reserva legal, observado que não poderá exceder 20% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e
- (iii) pagamento de dividendos extraordinários, caso aprovado pela Assembleia Geral.

O saldo remanescente, depois de atendidas as exigências legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Será distribuído, em cada exercício social, como dividendo mínimo obrigatório pela Companhia, o montante correspondente a 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Emissão de Dívidas

A companhia emitiu debêntures no âmbito do “INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS MERCANTIS VI S.A.”, no volume de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3. Investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas**

A Companhia não possui participação em nenhuma outra sociedade.

4. Projetos desenvolvidos

Em 22 de dezembro de 2021 a Companhia adquiriu cotas de Fundo de Investimento Imobiliário que são oriundos de recursos provenientes de cotas da 1ª (primeira) emissão de cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 (“Fundo”), que possui prazo de duração determinado de 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos.

5. Informações sobre a prestação, pelo auditor independente ou por partes a ele relacionadas, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa

A Companhia contratou o auditor independente apenas para a prestação do serviço de auditoria externa, evitando assim, qualquer tipo de conflito de interesse.

6. Perspectivas

Para o primeiro trimestre de 2023, a Companhia pretende focar na continuidade e estabilidade da 1ª Emissão de Debêntures e na prestação de serviços relacionados à operação de securitização visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Esclarecemos, por fim, que este Relatório da Administração é parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Travessia Securitizadora de Creditos Mercantis VI S.A

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente

Luis Philipe Camano Passos

Diretor de Relações com Investidores

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.
Notas Explicativas
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. (“Companhia”)**, foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 09 de agosto de 2021.

A Companhia tem por objeto social: (i) A aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente; (ii) A emissão e a colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) A realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; (iv) A realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia foi constituída para adquirir as cotas da 1ª (primeira) emissão de cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 (“Fundo”). O fluxo das cotas do Fundo cobre os pagamentos das despesas, juros e principal das debentures.

Foram emitidas 5.000.000.000 (cinco bilhões) de debentures da 1ª Emissão da Companhia, de série única, com valor nominal unitário de R\$ 0,01 (um Centavo), que fazem jus a uma remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Autorização

Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 31 de março de 2023.

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.
Notas Explicativas
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--
Continuação

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As informações financeiras são apresentadas em valores expressos em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.
Notas Explicativas
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--
Continuação

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado;
- (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.
Notas Explicativas
 Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas-- Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2.7.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1 (CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis.)	Alterações para especificar os requisitos de classificação do passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2023
Alterações no CPC 26 – Definição de material.	Fornecem uma nova definição acerca de materialidade da informação e influência nas decisões dos usuários das demonstrações financeiras.	01/01/2023
Alterações ao IAS 8 (CPC 23 – Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.)	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros, bem como as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.	01/01/2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 (CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis.)	Divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em exercícios futuros.

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.
Notas Explicativas
 Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos conta movimento	510	510
Aplicações financeiras (i)	1.810	57.495
Total	2.320	58.005

- (i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em renda fixa, através do produto Itaú aplicação auto mais, e são remuneradas a uma taxa média mensal de 15% do CDI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

4. Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário

As Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário adquiridos pela Companhia são oriundos de recursos provenientes de cotas da 1ª (primeira) emissão de cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 (“Fundo”), que possui prazo de duração determinado de 4 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois) anos.

a) Composição da carteira

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo a seguir representa:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Anterior	1.966.386	-
Aquisição de Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário	11.400.514	1.960.000
(-) Ganho/ Perdas patrimoniais - cotas de Fundo	3.913.057	6.386
Total	17.279.958	1.966.386

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 31 de março de 2023, sem modificações.

b) Objetivo do fundo e política de investimento

A política do Fundo é o investimento no empreendimento imobiliário referente ao terreno rural denominado Gleba 1, localizado na Rodovia Fernão Dias, Km 934, no Bairro Monjolinho, na Cidade de Itapeva, no Estado de Minas Gerais, objeto da Matrícula nº 16.161 do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Camanducaia, Estado de Minas Gerais, e áreas contíguas a referido terreno (“Imóvel”), primordialmente, por meio da aquisição direta do Imóvel ou, ainda, mediante a aquisição de ações ou cotas de sociedades de propósitos específicos, que, eventualmente, adquiram o Imóvel (“SPE”).

O objetivo do Fundo é a realização de ganho de capital mediante o investimento direto no Imóvel, para posterior venda ou obtenção de renda, bem como em quaisquer direitos reais sobre o Imóvel, ou, ainda, pelo investimento indireto no Imóvel, mediante a aquisição de SPE. A aquisição do Imóvel pelo Fundo visa a proporcionar aos seus Cotistas a rentabilidade decorrente da exploração comercial do Imóvel, bem como pela eventual comercialização do Imóvel. O Fundo poderá realizar construções, reformas ou benfeitorias no Imóvel com o objetivo de potencializar os retornos decorrentes de sua exploração comercial ou eventual comercialização.

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.
Notas Explicativas
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário--Continuação

b) Objetivo do fundo e política de investimento--Continuação

O Imóvel deverá atender, cumulativamente, aos seguintes critérios de conformidade, quando de sua aquisição pelo Fundo: (i) Não ocorrência de quaisquer mudanças legais ou regulatórias que venham a restringir os direitos de aquisição do Fundo com relação ao Imóvel ou que, de qualquer forma, impeçam o Fundo de cumprir com as obrigações previstas nos compromissos de compra e venda e/ou com a Política de Investimentos; (ii) Não ocorrência de qualquer inadimplemento, pelos vendedores, de obrigações estipuladas nos respectivos compromissos de compra e venda, bem como que não se provem falsas quaisquer declarações prestadas pelos vendedores que poderiam influenciar na decisão de recomendação do Gestor; e (iii) A disponibilização pelo Gestor, ao Administrador, do Relatório de Aquisição e da matrícula atualizada do Imóvel, emitida há menos de 30 (trinta) dias, conforme o caso ("Critérios de Conformidade").

5. Debêntures

5.1. Condições da escritura

De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de Reais) com a integralização de 5.000.000.000 (cinco bilhões) Debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo as Debêntures de série única.

Até o final de 31 de dezembro 2022 foram subscritas 2.000.000.000 (dois bilhões) de Debêntures, das quais 1.031.522.565 (um bilhão, trinta e um milhões, quinhentos e vinte e dois mil e quinhentos e sessenta e cinco) foram integralizadas até o encerramento do exercício.

5.2. Características das debêntures

a) Remuneração

As Debêntures fazem jus a remuneração equivalente a 100% da variação acumulada do DI, acrescida de uma sobretaxa de 3,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

b) Garantia

Em garantia do fiel, integral e imediato cumprimento de todas as obrigações a Companhia constituiu a alienação fiduciária da totalidade de cotas do Fundo.

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.
Notas Explicativas
 Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Debêntures--Continuação

5.2. Características das debêntures--Continuação

c) Risco de crédito

Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures.

As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos direitos creditórios a serem adquiridos pela emissora.

d) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização.

5.3. Composição das obrigações com debêntures

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das debêntures está assim apresentado:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo Anterior	1.966.391	-
1ª Emissão de certificados – série única	11.400.513	1.960.000
Juros emissão – série única	1.192.836	6.386
Total	14.559.740	1.966.386
Prêmios a pagar (i)	2.675.552	5
Total das emissões (ii)	17.235.292	1.966.391

- (i) Em 31 de dezembro de 2022 houve valorização nas cotas de Fundo, ocasionando lucro no exercício. (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2021, relacionados a prêmios a pagar);
- (ii) As parcelas do passivo não circulante têm seus vencimentos em 2027.

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.
Notas Explicativas
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Patrimônio líquido

6.1. Capital social

O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 500 (quinhentos Reais), divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 16 de agosto de 2021 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas.

6.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

6.3. Dividendos propostos

As demonstrações financeiras exigidas por lei, observarão, quanto à distribuição do resultado apurado, as seguintes regras:

O exercício social da Companhia terminará em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão elaboradas pela Diretoria as demonstrações financeiras do correspondente exercício, que serão apreciadas pela Assembleia Geral Ordinária em conjunto com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como da distribuição de dividendos.

- (iii) A dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro; e
- (iv) Do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, 25% (vinte e cinco por cento) será obrigatoriamente destinado aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuem.

No exercício social em que a distribuição do lucro for incompatível com a situação financeira da Companhia, o mesmo poderá ser retido, observando-se as disposições dos § 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O saldo remanescente, depois de atendidas as exigências legais, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Quando todos os acionistas presentes na Assembleia Geral Ordinária concordarem, o dividendo previsto no caput poderá ser dispensado, no todo ou em parte.

7. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2022 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.
Notas Explicativas
 Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez:

8.1. Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2022 são descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações financeiras.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

9. Receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2022, as receitas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de juros s/carteira de crédito	3.913.057	6.386
Total	3.913.057	6.386

10. Custos dos serviços prestados

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os custos dos serviços prestados estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Taxas CVM	(9.929)	-
Tarifas e Taxas CETIP	(569)	-
Remuneração das debêntures	(2.675.552)	(5)
Juros sobre as debêntures (vide nota 5.3)	(1.192.836)	(6.386)
Total	(3.878.886)	(6.391)

11. Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2022, as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Assessoria contábil e auditoria	(24.680)	(69)
Honorários advocatícios	(4.777)	-
Assinatura digital	(495)	-
Anúncios e publicações	(946)	-
Outras despesas	(115)	-
Total	(31.013)	(69)

Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.
Notas Explicativas
 Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
 Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Receitas e despesas financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 o resultado financeiro está assim composto:

12.1. Receitas financeiras

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento de aplicações financeiras	4.947	15
Total	4.947	15

12.2. Despesas financeira

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outras despesas financeiras	(455)	(10)
Total	(455)	(10)

13. Relação com auditores

De acordo com a Instrução CVM nº 381/03, o administrador não contratou outros serviços, que envolvam atividades de gestão de recursos de terceiros, junto ao auditor independente responsável pelo exame das demonstrações financeiras, que não seja o de auditoria externa.

14. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo de 31 de dezembro de 2022.

15. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Cotas de Fundo de Investimento Imobiliário

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, a Companhia possui cotas do Bluecap Desenvolvimento Logístico I Fundo de Investimento Imobiliário – FII, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 40.054.913/0001-05 ("Fundo") no montante de R\$ 17.279.958, cuja auditoria foi realizada por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 31 de março de 2023, sem ressalvas. Nossa opinião não está modificada a cerca deste assunto.

Principais Assuntos de Auditoria ("PAA")

Com exceção do assunto descrito na seção Base para opinião, não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A., cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de

fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
 - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente

Eu, Luis Philipe Camano Passos, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Luis Philipe Camano Passos
Diretor de Relações com Investidores

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora de Securitização da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Camila Maria Oliveira
Diretora de Securitização

Eu, Thais de Castro Monteiro, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Thais de Castro Monteiro
Diretora de Compliance

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Diretor Presidente

Eu, Luis Philipe Camano Passos, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.545.393-1 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 345.394.968-40, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretor de Relações com os Investidores da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Luis Philipe Camano Passos
Diretor de Relações com Investidores

Eu, Camila Maria Oliveira, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 36.825.036-2 (SSP/SP), inscrita no CPF /MF 349.935.818-23, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora de Securitização da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Camila Maria Oliveira
Diretora de Securitização

Eu, Thais de Castro Monteiro, brasileiro, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 49.116.133 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 421.565.628-14, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 4, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, DECLARO, na qualidade de Diretora de Compliance da Travessia Securitizadora de Créditos Mercantis VI S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, rua Bandeira Paulista, 600, conjunto 44, sala 18, Itaim Bibi, CEP 04.532-001, inscrita no CNPJ/MF nº 43.335.774/0001-86 (Companhia), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras anuais da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Thais de Castro Monteiro
Diretora de Compliance